

## Inquietações de um jornalista radical, em busca de um jornalismo inclusivo<sup>1</sup>

José Marques de Melo<sup>2</sup>

**R**ecebo, com emoção e galhardia, a homenagem que me dedica o coletivo paulista do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, nesta emblemática cidade de Piracicaba.

Aqui estive, pela primeira vez, há 40 anos, para participar de um simpósio internacional sobre pesquisa em comunicação rural, promovido pela quase centenária Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ –, representando a novíssima Escola de Comunicações Culturais, criada pela Universidade de São Paulo – USP – no ano anterior.

Jornalista de província, começara a exercer a profissão de jornalista em 1959, como repórter comunitário, cobrindo os acontecimentos da cidade sertaneja em que vivia para os jornais diários da capital de Alagoas.

<sup>1</sup> Discurso proferido na sessão de abertura do 3º. Encontro Estadual de Professores de Jornalismo, promovido pelo Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo – FNP – com o apoio da Universidade Metodista de São Paulo, Piracicaba (SP), na noite de 19/10/2007.

<sup>2</sup> Professor Emérito da Universidade de São Paulo, onde fundou o Departamento de Jornalismo e Editoração, atualmente lecionando na Universidade Metodista de São Paulo, onde dirige a Cátedra UNESCO de Comunicação.

Aquela experiência precoce fora ao mesmo tempo gratificante e frustradora. Gratificante porque descortinava um horizonte cognitivo que me permitia atuar como intérprete entre a minha comunidade e a opinião pública. Frustrante porque logo percebi que aprendera todos os artifícios da profissão, mas desconhecia seus fundamentos e suas implicações.

Decidi, portanto, fazer o curso superior de jornalismo, sem interromper o aprendizado cotidiano na redação. Mas, nesse processo de ensino-aprendizagem, confesso que fui me afastando da ambição de ser um repórter competente. Incentivado pela menção honrosa regional do Prêmio Esso de Jornalismo, conquistada em Recife, nos idos de 1964, eu me havia – traçado uma pauta: diagnosticar jornalisticamente o conjunto da vida cotidiana no arquipélago brasileiro.

Mas, durante a fase acadêmica, desviei-me, pouco a pouco, dessa utopia. –Converti-me, pouco a pouco, em meta-repórter, focando em minhas matérias as entranhas do próprio jornalismo. Ou seja, fui sendo atraído para o campo da pesquisa em jornalismo, opção sedimentada logo após a obtenção do diploma de jornalista. Incontinenti, candidatei-me a uma bolsa de pós-graduação patrocinada pela UNESCO, engajando-me na equipe pioneira do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina, em Quito, Equador. Qualifiquei-me, ali, para ingressar na academia.

Pós-graduado em Jornalismo, fui conduzido à sala de aula, com uma missão impossível: substituir meu mestre Luiz Beltrão na regência da Cadeira de Teoria e Prática do Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Essa curta, mas frutífera experiência pedagógica, foi interrompida bruscamente, em função da conjuntura pós-64, quando tive que optar pelo exílio dentro do meu próprio país.

São Paulo foi o lugar onde me refugiei para recompor a vida profissional. E aqui estou, há quatro décadas, tendo tido a oportunidade de liderar um dos projetos pedagógicos mais instigantes e conseqüentes deste país: a fundação do Departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo, em 1968. Apesar das dificuldades antepostas pelo regime militar, ali tive a chance de ousar, inovar, experimentar. Contribuí para formar mais de uma geração de jornalistas, que hoje ocupam posições de vanguarda nas redações das empresas jornalísticas nacionais.

No ano anterior, surgira a oportunidade de visitar Piracicaba, a convite da ESALQ, caminho que voltei a percorrer, várias vezes, por iniciativa da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, sempre em função do ensino e da pesquisa em jornalismo. Justamente aqui, em 1994, lancei o desafio para se arregimentar a comunidade dos professores de jornalismo, em defesa da autonomia pedagógica da área. Essa bandeira de luta foi empunhada pela equipe sob a liderança de Gerson Luiz Martins, vindo a constituir-se como Fórum Nacional dos Professores de

Jornalismo, durante o Seminário de Campinas (1997), que influenciou decisivamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (2001).

Mas esse episódio será naturalmente objeto da alocação a ser proferida pelo Prof. Dr. Gerson Luiz Martins, também homenageado, nesta solenidade.

Por isso mesmo, pretendo agora, num gesto de reconhecimento aos anfitriões que generosamente me afagam, reiterar algumas inquietações sobre o jornalismo. São idéias que, em ocasiões semelhantes, venho compartilhando com os meus interlocutores, a propósito dos desafios que o jornalismo enseja à comunidade acadêmica nesta conjuntura singular.

Existem evidências suficientes sobre múltiplas turbulências que o campo do Jornalismo enfrenta nesta passagem de século. Mudanças tecnológicas, sócio-gráficas e geopolíticas atropelam os processos de produção noticiosa, impondo ajustes aos novos tempos. Profissionais, empresários e educadores procuram soluções consensuais para corresponder às novas demandas do mercado e da sociedade.

O quadro apresenta-se complexo na geografia global, agravado pela ausência de consenso sobre o nosso *ethos* profissional.

De que maneira os programas universitários da área podem criar uma consciência coletiva capaz de nutrir a nossa profissão de

conceitos, valores e utopias que a valorizem, oxigenem e fortaleçam, conquistando o merecido reconhecimento da sociedade?

## Saindo do gueto acadêmico

Temos, hoje, duas micro-comunidades intelectuais que dialogam com a profissão e a sociedade, superando as muralhas do gueto acadêmico: o FNPJ – Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo – e a SBPJor – Sociedade Brasileira dos Pesquisadores de Jornalismo. Além disso, temos dois coletivos interdisciplinares: o NP de Jornalismo, mantido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM – e o GT de Jornalismo, organizado pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPOS. Nossos principais interlocutores tem sido: a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, a Associação Nacional de Jornais – ANJ, a Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Possuímos também publicações periódicas, subsidiando o conhecimento dos jovens docentes e estudiosos que demandam constante atualização sobre o universo jornalístico. A mais antiga é *Pauta Geral – Revista de Jornalismo*, editada há mais de 10 anos pela Editora Calandra (Salvador). Surgiram, depois, o *Anuário de Jornalismo*, lançado em 1999, pela Faculdade Cásper Líbero (São Paulo), e a revista *Jornalismo e Mídia*, inaugurada em 2004 pela

Editora Insular (Florianópolis), com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina. A mais recente é a revista internacional *Brazilian Journalism Research*, cuja primeira edição circulou em 2005, sob os auspícios da SBPJor.

Até recentemente, poucas escolas possuíam disciplinas de fundamentação conceitual e em consequência inibiam ou desestimulavam a reflexão sobre os fenômenos jornalísticos. O giro em torno do universo comunicacional (genérico, abrangente e não raro abstrato) embotava o desejo de repensar criticamente os processos de criação, produção, difusão e recuperação das notícias e seus sub-produtos (interpretativos, opinativos, utilitários etc.).

Com a autonomia curricular, ensejada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -, várias instituições introduziram disciplinas teóricas, com a finalidade de subsidiar o conhecimento e a exegese dos elementos substantivos da atividade jornalística. A intenção é robustecer o conhecimento aplicado, que flui nos laboratórios e oficinas, fomentando ao mesmo tempo a reflexão crítica sobre os fenômenos jornalísticos.

Desta maneira, os jornalistas de amanhã poderão percorrer, com mais desenvoltura e auto-estima, as sendas abertas no meio profissional, porque estarão munidos de referencial suficiente para repensar estrategicamente a profissão e para superar os obstáculos que se antepõem no dia-a-dia das redações.

É justamente aí que reside um dos impasses colossais das nossas escolas de comunicação, particularmente dos seus cursos de

jornalismo. Pois eles privilegiam de modo ostensivo programas de ensino ancorados exclusivamente no referencial da cultura erudita, desdenhando quando não desprezando o universo popular. A ênfase da produção de mensagens na maioria das nossas instituições permanece estacionária na mídia gutenberguiana, quando nada extrapolando as formas de expressão escrita disseminadas pela internet.

Venho fazendo essa observação contundente aos jovens que freqüentam os meus seminários de pós-graduação, ao perceber que eles abstraem a realidade em que irão atuar profissionalmente, talvez por influência de um sistema universitário elitista e excludente. Quero reiterá-la aqui, justamente porque nunca perdi minha postura de jornalista radical. Ou melhor, nunca renunciei às minhas raízes culturais.

Tenho agora a oportunidade de resgatá-las e valorizá-las nesta cidade emoldurada pelo simbolismo caipira que lhe confere identidade. Inclusive a “boa idéia” e outros ingredientes, que constituem patrimônio das tradições rústicas cultivadas pelos caboclos paulistas, cuja têmpera resultou da miscigenação luso-afro-indianista, posteriormente enriquecida pelo acervo multicultural legado pelos imigrantes estrangeiros.

## Reinventar é preciso

MELO, José Marques de. Inquietações de um jornalista radical, em busca de um jornalismo inclusivo. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v.1, n.2 , p.xx-x, ago./nov. 2007. Disponível em: <http://www.fnpi.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=7>



Gostaria de desafiar a nova geração dos estudiosos do jornalismo desta macro-região brasileira, no sentido de buscar alternativas pedagógicas que correspondam às aspirações dos contingentes de famintos de cultura e sedentos de informação. Trata-se de nutrientes fundamentais para convertê-los em cidadãos ativos e participantes. Do contrário eles vão permanecer como alvo fácil das manipulações dos populistas de todos os matizes, hábeis no uso da mídia audiovisual e outros artifícios sedutores.

Temos o dever de repensar nossas estruturas de ensino, pesquisa e extensão, tornando o espaço universitário um instrumento da transformação social, bem -como -da elevação do nível cognitivo daqueles que estão excluídos da sociedade de consumo. Nossa meta é construir um- jornalismo radicalmente inclusivo.

Não estou pregando absolutamente a omissão no que diz respeito à produção dos conhecimentos fundamentais ou especializados. Tanto os que emanam da ciência básica e do legado humanístico quanto os gerados pelos segmentos da pesquisa aplicada. Senão a universidade deixaria de ser uma instituição pautada pela excelência e pelo vanguardismo. O que ela não pode continuar a ser é uma torre de marfim.

Somente o diálogo construtivo e permanente com a sociedade pode conduzir a universidade, em geral, e os cursos de comunicação, em particular, a novos patamares de organização

acadêmica, evitando inclusive o perigo letal da sua rendição aos interesses corporativos.

Vejo, por exemplo, com muita preocupação a tendência manifestada em instituições de todo o país, distanciando os programas de graduação da sua responsabilidade de formar profissionais críticos e competentes para atuação imediata no mercado de trabalho, optando por uma estratégia aparentemente sedutora no sentido de arrematar novas vocações para a pesquisa acadêmica.

Não é raro defrontar-me com jovens estudantes de jornalismo que, sem ter participado de projetos consistentes de iniciação científica, já estão preocupados em conquistar vagas na pós-graduação. Entendo que o estímulo à pesquisa é importante para formar profissionais qualificados, mas não podemos transformar a pesquisa num fim em si mesmo, desvinculada de suas aplicações no cotidiano dos jornalistas que vão atuar nas empresas midiáticas.

Finalmente, gostaria de compartilhar com os meus colegas uma preocupação que me angustia ultimamente. —Trata-se da preservação de uma das grandes conquistas da tenra democracia brasileira. Refiro-me ao instituto da liberdade de expressão e pensamento, fundamental para o exercício do jornalismo responsável.

A Constituição de 1988 não apenas institucionalizou a sua concepção, mas ousou até mesmo incluir um artigo inspirado pela

primeira emenda da carta constitucional norte-americana, que veda aos agentes do poder público criar leis destinadas a restringir o direito dos cidadãos a informar e ser informados, bem como a expressar suas opiniões.

Foi graças ao ambiente de liberdade desfrutado no período pós-autoritário que o Brasil pode fortalecer as instituições democráticas. A mídia tem tido papel decisivo nesse processo, investigando as mazelas da sociedade e denunciando publicamente os desvios praticados por pessoas ou entidades. Essa transparência política tem atuado como uma espécie de freio para os agentes públicos e ao mesmo tempo como mecanismo punitivo para aqueles que praticam ações delituosas.

Testemunhamos, perplexos, as tentativas esboçadas por agentes dos poderes executivo, legislativo judiciário, no sentido de minar o edifício que sustenta a liberdade de imprensa. Artifícios ostensivos ou dissimulados começam a despontar em cadeia, resultando em atos que restringem ou inibem o desempenho profissional dos jornalistas. Se não houver uma constante vigilância da sociedade corremos o perigo de retrocesso.

Cada segmento deve fazer a sua parte para prevenir as rachaduras do edifício: empresas midiáticas, sindicatos profissionais e a sociedade civil. O que pode fazer a universidade?

Antes de tudo, sedimentar melhor a formação ética dos futuros jornalistas, bem como reforçar o conhecimento sobre os limites impostos pela lei que rege o exercício profissional.

Infelizmente, este último aspecto tem sido negligenciado, contribuindo para criar a sensação de impunidade e descaso em relação aos preceitos legais, por absoluta ignorância em relação a eles.

Precisamos evitar que esse sentimento de vazio institucional se transforme em alavanca capaz de acionar um tipo de voluntarismo atroz, conduzindo jornalistas bem intencionados, geralmente movidos por equívoca “missão civilizatória”, a praticar justiça com as próprias mãos, na verdade retrocedendo aos tempos da barbárie.